

Governo paulista faz ultimato a 11 prefeitos e ameaça intervir

Covas dá prazo de dez dias para municípios resolver problemas de dívidas judiciais

FAUSTO MACEDO

O governador Mário Covas (PSDB) deu prazo de dez dias úteis a 11 prefeitos da Grande São Paulo e Interior para que paguem os precatórios, dívidas judiciais em ações de desapropriação. Covas assegurou aos prefeitos que, esgotado o prazo, vai nomear interventores estaduais para ocuparem os cargos.

Outros 20 municípios correm o mesmo risco. As intervenções foram decretadas pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Estado. Atendendo a orientação de Covas, o secretário-chefe da Casa Civil, Robson Marinho, convocou os prefeitos para uma reunião no Palácio dos Bandeirantes.

Muitas ordens de intervenção, assinadas pelo presidente do TJ, desembargador Yussef Cahali, chegaram ao governo no primeiro semestre. O governo reteve as ordens durante alguns meses, adotando estratégia política para evitar desgaste com prefeitos de partidos de oposição.

Carência esgotada — Na segunda-feira, Covas mandou chamar os prefeitos. Marinho disse que

"já esgotou toda a carência que tinha de ser dada". Os dez dias começaram a ser contados ontem. Os prefeitos poderão optar por uma das três alternativas: quitar os débitos, tentar obter acordos com os credores ou recorrer judicialmente.

Covas parece mesmo disposto a nomear os interventores. Assessores do governador informaram que ele se encontra numa "situação desconfortável" porque não existe na administração um quadro de interventores. Covas pode nomear gente de sua confiança, mas também não quer abrir "frentes de atritos".

No ano passado, Covas nomeou interventor para o município de Jandira, próximo a Osasco. Foi escolhido um funcionário de uma estatal, filiado ao PSDB.

Em princípio, o governador prefere indicar alguém da própria cidade sob intervenção para que não sofra eventual resistência. A escolha poderá recair sobre vice-prefeitos. Outro problema: os atuais prefeitos têm pouco tempo de mandato. "Como vai ficar a situação do prefeito eleito se a intervenção vigorar até 31 de dezembro?", indaga um assessor de Covas.

Além disso, o governo estadual é devedor de R\$ 5,5 bilhões em precatórios. Cerca de 340 pedidos de intervenção no Estado encontram-se sob exame do Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, emitiu parecer pela intervenção em São Paulo. Um advogado, que cuida dos interesses de quase 10 mil credores, desafiou: "O governo não tem moral para nomear interventores nas prefeituras."

O procurador-chefe da Assessoria Jurídica do Governador, Elival da Silva Ramos, acredita que o caminho "menos traumático é sempre a negociação". Ramos citou, como exemplo, o procedimento adotado pelo STF, recentemente, no caso de Alagoas. "Não adianta decretar a intervenção se a

 **OUTRAS 20
CIDADES
CORREM O
MESMO RISCO**

Prefeitura não tem dinheiro em caixa".

Segundo Ramos, algumas Prefeituras devem "valores elevados". Ele confirmou que a maior parte das ações se referem a questões de desapropriação. O assessor jurídico citou algumas cidades com intervenção decretada: Diadema, Mauá, São Caetano do Sul, Cabreúva e Rio das Pedras.